

CIÊNCIA

CIÊNCIAS SOCIAIS

Comissão Europeia dá dois milhões para estudar a pós-memória colonial

20/2/2015, 16:03

Duas investigadoras do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra foram premiadas com bolsas de investigação: uma estuda dados de ADN, outra a história recente da Europa.



Há um acordo na União Europeia para partilha de dados genéticos de criminosos

Arquivo DN

Autor



Vera Novais



VNOVAIS



Facebook



Email

Tópicos

CIÊNCIA CIÊNCIAS SOCIAIS COLONIALISMO CONSELHO EUROPEU DE INVESTIGAÇÃO
DISCRIMINAÇÃO ÉTICA GENÉTICA FORENSE

O Conselho Europeu de Investigação (ERC) atribuiu duas bolsas **Consolidator** no valor de quase dois milhões de euros cada a duas investigadoras portuguesas do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

“É um privilégio criar uma equipa que envolve tanto cientistas sociais [sociologia, psicologia, etc.] como geneticistas forenses”, diz ao Observador uma das contempladas, Helena Machado, que estuda as questões sociais da utilização de dados genéticos. “[Este tipo de investigação] tem sido feito sobretudo por investigadores individuais. Esta é uma boa oportunidade de consolidar uma área [de investigação] bastante fragmentada em toda a Europa.”

O prémio agora atribuído pelo ERC, para estudar a herança colonial nas sociedades europeias, traz a Margarida Calafate Ribeiro, a outra premiada, mais tranquilidade. “Os investigadores passam 60% do tempo à procura de financiamento e apenas 40% realmente dedicados à investigação que desenvolvem.” Com este prémio poderá formar uma equipa estável, realizar um trabalho de campo de qualidade e fazer divulgação do trabalho realizado, tanto no meio académico como para o público em geral, sem se preocupar com o financiamento.



Margarida Calafate Ribeiro

- Núcleo de Humanidades, Migrações e Estudos para a Paz
- MEMOIRS – Os Filhos dos Impérios e Pós-Memórias Europeias

Dedicando-se às questões do colonialismo e à influência que esse período ainda tem na Europa contemporânea, Margarida Ribeiro propõe-se perceber de que forma as memórias dos pais afetam os “filhos do Império” – filhos de retornados, de ex-combatentes e de emigrantes que viveram o colonialismo na primeira pessoa. O conceito de “pós-memória” pretende analisar como é condicionada a identidade de quem não vivem numa colónia, mas ouviu a história de vida dos pais.

“Os europeus são historicamente responsáveis pelo multiculturalismo”, diz a investigadora, que espera conseguir “sensibilizar os *stakeholders*, tanto da esfera política como académica, para a questão colonial – uma questão não resolvida”. Margarida Ribeiro refere que as pessoas que vieram das colónias assim como os filhos continuam a estar numa posição de subalternos, o que, entre outros problemas, traz dificuldades de integração.

O estudo será conduzido em três países que tiveram colónias em África – Portugal, França e Bélgica – e contará com memórias privadas, através das entrevistas aos “filhos do Império”, e memórias públicas, como as expressões artísticas e literárias, as comemorações e os debates relacionados com o tema.



Helena Machado


- Núcleo de Estudos de Ciência, Economia e Sociedade
- EXCHANGE – Geneticistas forenses e a partilha transnacional de informação genética na União Europeia

O projeto Exchange coordenado por Helena Machado tem como objetivo perceber de que forma é feita a partilha de informação genética entre os países da União Europeia, assim como os riscos associados a essa partilha e a forma diferenciada como cada país a faz. Para isso, o projeto terá duas fases: uma de entrevistas a geneticistas forenses, outra em que são comparados quatro países com perfis muito diferentes (Portugal, Reino Unido, Holanda e Polónia).

A investigação tem por base o Tratado de Prüm que “regula o intercâmbio de informações sobre ADN, impressões digitais, registo de veículos e dados pessoais e não pessoais no âmbito da cooperação policial transfronteiriça entre as partes contratantes” nos países subscritores dentro da União Europeia. O objetivo é a “cooperação entre os Estados-membros no domínio da luta contra o terrorismo, a criminalidade transfronteiras e a imigração ilegal”, lê-se no [documento](#) de trabalho.

Apesar de estar em vigor desde 2006, países como Portugal têm dificuldade em realizar esta partilha. Por um lado, existem em Portugal muito pouco registos – quatro mil – porque só se efetua a recolha de dados genéticos por ordem judicial. “Muitos magistrados nem sequer têm conhecimento [deste tratado]”, refere a investigadora. Por outro, a legislação para a partilha é bastante restritiva e há poucos recursos técnicos para o fazer.

Com este projeto, a investigadora pretende comparar o caso português com outros três países: Holanda, porque coordena grupos de trabalho para melhorar a partilha de informação; Polónia, porque é um dos países

Os Cookies ajudam-nos a melhorar a sua experiência como utilizador. Ao utilizar os nossos serviços, está a aceitar o uso de cookies e a concordar com a nossa [política de utilização](#).  do, porque os da Europa – dez milhões de registos – não aderiu ao Tratado de Prüm.

Enquanto cientista social, Helena Machado também se preocupa com outras questões sociais e éticas. Por um lado, como os dados genéticos são recolhidos sobretudo entre pessoas condenadas por crimes, há uma “sobre-representação de minorias étnicas, que não representativa da população em geral”, aumentando “as práticas discriminatórias e as desigualdades sociais”. Por outro, o risco de utilização de dados pessoais por terceiros não envolvidos na investigação criminal.

Subscreva a 360º, a newsletter que veio mudar a forma como Portugal acorda todas as manhãs.